

Perspectivas para a Agricultura Familiar Camponesa com enfoque agroecológico na América Latina no cenário pós-pandemia



MISEREOR
● IHR HILFSWERK

Agosto de 2020

1. Introdução

LA pandemia da COVID-19 gerou uma quarentena sanitária sem precedentes no mundo e um cenário de incerteza devido à falta de uma definição científica completa do comportamento do coronavírus. A economia global e as economias dos países da América Latina são severamente afetadas, tanto a nível nacional como local, e as perspectivas de recuperação continuam, ainda, no terreno da incerteza. Se bem que o nível de incidência, segundo avaliação estatística, mostre maior letalidade em pessoas idosas e com condições clínicas crônicas, é sobretudo a velocidade com que o vírus se espalha que é considerado o maior problema. A situação de emergência causada pela pandemia não mudará tão cedo e terá as suas consequências a curto prazo, mas ainda mais a médio e longo prazo.

A pandemia afetou a população mais vulnerável. O desenvolvimento rural e a Agricultura Familiar são pedras angulares da cooperação da Misereor, também na América Latina. A MISEREOR convidou representantes de organizações parceiras nos diferentes países da América Latina, muitos deles igualmente membros de Plataformas de Agricultura Sustentável¹, para informar como a quarentena os impactou no seu contexto, assim como também para propor estratégias para gerar perspectivas de vida digna para famílias camponesas e povos indígenas e promover uma agricultura e um habitat que não só sejam resilientes à mudança climática, mas sim também contribuam para mitigar seus efeitos. O resultado deste diálogo foi incorporado na presente proposta estratégica.

1 Na maioria dos países da América Latina existem Plataformas que se articulam em torno da Agricultura agroecológica sustentável.

2. Efeitos imediatos da quarentena

A quarentena imposta para frear o avanço da COVID-19 causou os seguintes efeitos:

Efeitos diferentes na cidade e no campo

Observam-se grandes diferenças entre o campo e a cidade no que diz respeito aos impactos da pandemia. As famílias de pequenos produtores nas áreas rurais foram menos afetadas em termos de disponibilidade de alimentos do que famílias de baixa renda nas áreas urbanas que dependem de trabalhos informais. Porém, nas áreas rurais existem também famílias camponesas sem terra (sobretudo em países da América Central), com minifúndios, que não produzem o suficiente e vão procurar trabalho assalariado para suprir suas necessidades alimentares e econômicas. Estas famílias ficaram sem trabalho, de modo que a fome no campo aumentou pela falta de recursos econômicos e naturais.

A informalidade laboral faz com que o problema seja mais grave nos centros urbanos, dado que boa parte da população exerce atividades ligadas à produção, comercialização, indústria e serviços que ficaram paralisadas. Muitas destas famílias ganham o seu sustento com atividades informais que tiveram que suspender ou parar devido à quarentena ou isolamento social. Sua segurança alimentar é muito precária. E, a sua situação de trabalho é um desafio para a cobertura de programas de apoio do Estado (se houverem), devido a deficiências nos dados registrados, ou a dados manipulados em virtude de corrupção.

Os países da América Latina se têm transformado em **países urbanos**. Nesta crise, as cidades se afiguram como sistemas frágeis, não sustentáveis, com alta dependência alimentar. Observa-se a forma precária e artesanal e ao mesmo tempo monopolizada com que as cidades são abastecidas, dado que em muitas cidades as estruturas e intermediações fazem com que os pequenos produtores não tenham hipótese de alcançar o consumidor.

A CEPAL prognosticou uma contração da economia regional de 9,1%² para 2020. O seu relatório

aborda que a queda na atividade econômica é de tal magnitude que levará a que, até o final de 2020, o nível do PIB per capita da América Latina e do Caribe seja similar ao observado em 2010, ou seja, haverá um retrocesso de 10 anos nos níveis de renda por habitante.

O aumento do desemprego no setor formal provavelmente fará subir o emprego informal, o que, por sua vez agravará a instabilidade e a precarização das condições de trabalho. Em vários países da América Latina, o setor informal é muito grande e, dado o atual panorama, o mais desfavorecido e vulnerável. De positivo, pode-se afirmar que famílias rurais, com sistemas de produção diversificados não se vêem tão afetadas como a população urbana e os produtores com monoculturas, dado que a pandemia chegou em uma altura em que havia uma produção abundante e diversificada, o que indubitavelmente ajudou a assegurar em grande parte a alimentação da família. Entretanto, apesar desta situação positiva, as restrições ao deslocamento e a falta de uma resposta adequada dos governos comprometeram o movimento de mão-de-obra para a colheita e, particularmente, o acesso dos pequenos produtores aos mercados urbanos.

Segurança alimentar em risco

Em vários países da América Latina eclodiram os protestos por falta de acesso a alimentos. As pessoas começaram uma corrida aos alimentos, o que resultou numa limitação da oferta e, conseqüentemente, numa subida dos preços. A escassez de alimentos e o aumento dos preços afetaram, em especial, a população mais pobre nas cidades, agravando assim a pressão migratória para as regiões rurais.

² <https://www.cepal.org/es/comunicados/contraccion-la-actividad-economica-la-region-se-profundiza-cause-la-pandemia-caera-91>, comunicado de imprensa del 15.7.2020

Face a esta situação, alguns governos nacionais lançaram diferentes medidas para garantir o abastecimento de alimentos da população urbana. Uma das medidas, durante o estado de emergência e isolamento domiciliar, foi o fornecimento de *cestas básicas*; outra foi o *pagamento de bônus solidários* para conter a propagação do coronavírus, que foram distribuídos a famílias de baixa renda para que elas se pudessem sustentar durante os primeiros meses de quarentena. Mas nem sempre estas medidas são oportunas, uma vez que não estão isentas de corrupção e são muito limitadas em termos de duração, montantes, etc. Houve uma falta de fiscalização da aquisição (devido à emergência declarada, os governos contratam diretamente sem realizar o processo regular de licitação, etc.), da identificação dos beneficiários e da entrega efetiva.

As restrições à livre circulação e o medo de contágio durante a comercialização geraram especulação de preços nos mercados grossistas, em detrimento dos produtores. Esta queda poderá levar a uma diminuição da renda das famílias camponesas e indígenas.

As famílias de baixa renda gastam uma grande parte da sua renda em alimentos. Este segmento social, à medida que as restrições em virtude da pandemia sejam ampliadas, será afetado na quantidade e qualidade do seu regime alimentar. Vemos também com uma visão extremamente crítica a distribuição de alimentos, porque existe o risco de se fomentar empresas conjunturais ou “fantasmas” ou o setor intermediário que vão comercializar com sobrecusto e produtos não prioritários.

Em seus esforços para prover a população de alimentos, os governos descobriram a complexidade das cadeias agroalimentares. A pandemia revelou a fragilidade e insustentabilidade do sistema alimentar e as precárias condições do sistema de saúde em alguns países da América Latina. Inicialmente, os alimentos frescos foram considerados serem uma fonte de contágio de covid-19, apesar de não haver evidências científicas disso. A indústria alimentícia aproveitou a situação para promover seus produtos inócuos: os ultraprocessados.

Subida de preços – falta de renda

Nos momentos mais críticos da pandemia, houve muitos casos em que produtores foram proibidos de levar seus produtos para as feiras nos centros urbanos. Ou os governos nacionais e regionais decidi-

ram fechar temporariamente as feiras, sem prévio estudo epidemiológico. Os sistemas de comercialização baseados no papel privilegiado dos intermediários - devido à sua disponibilidade de transporte - contribuíram para acirrar a situação: os intermediários, ou atravessadores, começaram a pagar preços mais baixos aos produtores e aumentar os preços aos consumidores, agravando assim a situação de emergência durante a quarentena.

Com o fechamento de escolas e faculdades, os **programas de alimentação escolar do governo foram suspensos** e milhões de crianças ficaram sem acesso não só às aulas, mas também a uma refeição diária importante. A suspensão temporária dos programas governamentais de aquisição de alimentos afeta, por sua vez, milhares de pequenos produtores para os quais este é o principal canal de comercialização de seus produtos. A quarentena os priva de renda para sustentar a família, sem poder contar com uma compensação financeira pela suspensão por parte dos governos.

Em resumo, os produtores familiares sofrem uma dupla marginalização: a falta de transporte e de canais de comercialização direta os priva de renda e faz com que alimentos necessitados nas cidades apodreçam. E, parentes das famílias camponesas que vivem nas cidades ou no exterior têm que prescindir do apoio financeiro deles (por exemplo, através de remessas). Por outro lado, as economias camponesas no contexto da pandemia são afetadas pelo abastecimento irregular de alimentos não produzidos pela agricultura familiar e de insumos agrícolas (sobretudo sementes e fertilizantes), o que aumenta seus custos de produção.

O fenômeno dos retornados

A quarentena produziu um fenômeno inesperado: Observou-se um retorno massivo da população que no passado afluía para os cinturões e áreas periurbanas das cidades, às suas comunidades de origem. Por não poder manter um isolamento social prolongado, estas pessoas procuraram “uma saída” para sua situação. Retornaram também em grande número os migrantes laborais e sazonais. Ambos os grupos de retornados constituem um grande risco de contágio para as populações rurais (que, como é sabido, não possuem informação oportuna e adequada ou capacidades instaladas para atender esta emergência). Diante disso, as comunidades e povoações rurais, em muitos casos, resolveram fechar

os acessos de entrada e estabelecer barreiras e controles, para que ninguém entrasse sem controles prévios e protocolos de saúde diante do vírus COVID-19. Os migrantes que retornaram dos Estados Unidos e que, por muitos anos enviavam remessas para as suas famílias que ajudavam para o seu sustento, não foram bem acolhidos em suas comunidades ou cidades de origem. São vistos com desprezo e acusados de serem portadores do coronavírus o que, em alguns casos, provocou severos conflitos.

É certo que os migrantes trazem consigo os seus conceitos e sonhos de vida que podem ameaçar o equilíbrio social nas comunidades rurais e também afetar a segurança alimentar da população rural. Porém, este grupo de migrantes pode constituir um potencial interessante porque adquirem novas experiências e habilidades; além disso, vêem que a vida em áreas rurais oferece igualmente oportunidades econômicas. Pode ser interessante conceber para este grupo programas específicos de integração na agricultura agroecológica bem como alguns programas de investimento e acesso a crédito e subsídios, de modo a possibilitar-lhes construir uma existência na área rural.

Gênero – geracional

Para as mulheres, que desde sempre assumiram o trabalho do dia-a-dia, a pandemia gerou uma tripla jornada de trabalho, além das tarefas diárias elas devem cuidar dos doentes em casa, nas áreas ru-

rais como urbanas. A ONU reconheceu que, em nível global, 70% das equipes de trabalho em saúde e serviços sociais são mulheres, e que as mulheres são mais expostas a riscos de contaminação pelo vírus. Nas áreas urbanas, muitas mulheres trabalham em home office, por vezes 10 horas, ao mesmo tempo que precisam cuidar dos filhos, auxiliando seu aprendizado, já que as escolas e creches estão fechadas. Estas mulheres não têm tempo livre para si e para suas necessidades pessoais. A nível econômico, muitas mulheres na área rural e urbana perderam seus empregos o que põe em perigo a sua modesta independência econômica. A perda de renda econômica afeta substancialmente as mulheres e seus filhos, pois estima-se que 82% dos lares monoparentais são chefiados por mulheres. No que diz respeito aos homens, muitos ficaram desempregados, tanto nas áreas rurais como urbanas. Não estavam acostumados a ficar em casa por muito tempo e agora, com o isolamento social, têm que ficar em casa, o que tem aumentado os níveis de tensão e violência no lar. Por não poder cumprir o papel tradicional como sustentadores da família, experimentam sentimentos de frustração, de depressão e de baixa auto-estima que se revertem em violência contra suas esposas e filhos.

O futuro é incerto para todo mundo, mas mais ainda para os jovens que enfrentam o desafio de responder e encontrar alternativas para si, como também contribuir com estratégias de vida mais sustentáveis.

3. Riscos, vulnerabilidades e desafios

A pandemia apresenta uma série de riscos e vulnerabilidades em relação às políticas governamentais na América Latina.

A situação de saúde e as respostas governamentais

A definição científica incompleta das características do vírus e da própria doença tem agravado a situação de incerteza quanto ao seu tratamento e prevenção. A ausência de atividades de pesquisa nos países inibe a definição de estratégias para o tratamento e a prevenção de doenças virais, como a COVID-19. A dependência econômica assim como política de muitos países do continente latino-americano não oferece outra opção senão seguir as diretrizes da OMS / OPAS, organizações fortemente influenciadas pela indústria farmacêutica transnacional, e direcionar as massas para os caminhos da medicina convencional que, atualmente, está sendo questionada mais do que nunca.

O setor de saúde pública, em todos os países, tem capacidades mínimas para responder à rápida disseminação do vírus, o que se deve sobretudo ao desmantelamento do setor público e à comercialização da saúde. As deficiências evidenciam-se no que diz respeito ao fornecimento de equipamentos de proteção pessoal, sistemas de comunicação e à instalação de centros de atendimento e cuidados adequados para pessoas infectadas. Nas grandes cidades observa-se a falta de capacidades dos governos locais de garantir medidas de isolamento ou distanciamento social e higiene, especialmente nos bairros periurbanos. As condições de atendimento à saúde nas áreas rurais são ainda mais precárias. A fragilidade nas suas condições de moradia é palpável, em alguns casos nem um teto têm para se abrigar, em outros, as habitações são inadequadas (sem água, latrinas, pouca higiene pessoal por falta de acesso a água limpa, acumulação de lenha e animais no interior), o que não facilita observar o isolamento ou condições higiênicas. O Papa Francisco alertou para um risco que se deve ter em mente:

“Agora, pensamos numa recuperação lenta e fadigosa da pandemia, e é precisamente este perigo que se insinua: esquecer quem ficou para trás” (seja “descartado” pelo homem ou “descartado” pela pandemia).

O uso de redes de comunicação viabilizou a disseminação de mensagens alarmista e nem sempre com evidências científicas. Também foram difundidas mensagens de valorização da agricultura familiar como principal abastecedora de alimentos. Ou realizadas campanhas para que o Estado conceda o apoio necessário à agricultura familiar, dando-lhe o lugar que merece em uma lógica de reconhecimento e não de assistencialismo. Estas mensagens de valorização (ainda que de forma incipiente, pouco sistemática) poderiam ser disseminadas de forma mais intensa para alcançar o reconhecimento e a valorização do papel da agricultura familiar. Além disso, as redes de comunicação podem ser utilizadas para difundir falhas, atos de corrupção e desobediência às medidas estabelecidas, constituindo-se em uma ferramenta de vigilância cidadã. As áreas rurais remotas sofrem de sistemas de comunicação e informação deficientes, como rádio, TV, internet e telefonia celular, assim como de canais de comunicação (terrestre, fluvial, etc.) precários. Estes precisam ser melhoradas de forma abrangente como medidas de prevenção e mitigação para enfrentar a crise hoje e no futuro.

Políticas econômicas

É muito positivo que alguns países tenham implementado diferentes programas de apoio econômico³, bem como outras medidas menos positivas, tais como a liberação de saques antecipado dos fundos de pensões privadas ou a compensação por tempo de serviço. Alguns países também lançaram

³ Subsídio a lares em situação de pobreza, subsídio independente, subsídio rural e subsídio familiar universalal

programas de reativação econômica. Embora estes programas tenham as melhores intenções, muitas vezes acabam por não cumprir seus objetivos devido à falta de uma organização eficiente da estrutura do sistema administrativo, gerando desconforto e incerteza na população.

Por outro lado, entre as medidas no plano de reativação econômica estão, em primeiro lugar, a intensificação do extrativismo mineral e petrolífero e a expansão do agronegócio, com a queima de florestas em escala sem precedentes e a expansão da fronteira agrícola, sem levar em consideração a preservação da saúde e da vida das pessoas e sem alguma preocupação de promover processos econômicos alternativos e exigir medidas de biossegurança para o pessoal. Decretos ministeriais facultam o uso da força pública contra mobilizações sociais que se opõem às medidas econômicas e à flexibilidade laboral que beneficiam o setor empresarial e violam os direitos dos trabalhadores.

Políticas agrícolas

Embora as interrupções na **cadeia de fornecimento de alimentos** tenham sido mais ou menos regulares durante a quarentena, colocaram-se desafios em termos de logística que os órgãos governamentais não atenderam de maneira adequada. Observou-se que os governos locais fizeram pouco para apoiar as iniciativas de comercialização que permitem aos produtores chegar aos centros de abastecimento sem problemas. Os protocolos de biossegurança são deficientes e pouco realistas (uso de fumigações com produtos tóxicos); também não são levados em conta os fatores de risco epidemiológico que são diferentes no campo e na cidade, especialmente no momento de manuseio dos alimentos. Os alimentos devem circular sem restrições, contanto que se respeitem as medidas existentes para proteger a saúde dos consumidores e se garantam condições de intercâmbio comercial para os produtores.

A ajuda alimentar em tempos de crise pode ser essencial para aliviar a fome e proporcionar às famílias uma perspectiva de vida para além do dia de hoje. Estratégias possíveis não se devem limitar à compra e entrega de alimentos básicos, nem favorecer a agroindústria ou empresas agrícolas (com exploração excessiva do solo, florestas e água) para que “resolvam o problema de abastecimento de alimentos”, como alguns governos já propagam, menosprezando a pequena agricultura familiar.

Agronegócio versus Agricultura Familiar

Não deve passar despercebido o papel da agricultura nacional, especialmente da agricultura familiar, que produz uma grande porcentagem dos alimentos⁴. As medidas de alguns governos durante a quarentena reconheciam o potencial da agricultura familiar rural⁵.

No entanto, há uma ausência de políticas públicas favoráveis para promover a ampliação da agricultura familiar rural e urbana, seja através de investimentos em infra-estrutura, assistência técnica, acesso a créditos e, sobretudo, apoio no fortalecimento de mercados alternativos para produtos agroecológicos reconhecidos e legitimados pelos governos locais. O Estado não promove a alimentação saudável e o consumo responsável, apesar da existência de uma lei específica para facultar a sua implementação. Os governos subnacionais (administrações públicas e municípios) não têm como prioridade o apoio ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica. Vários governos têm priorizado apoiar abertamente a reativação do setor agroindustrial e até mesmo a legalização de sementes transgênicas para produtos alimentícios em meio à pandemia, mantendo um conjunto de subsídios e privilégios, desconsiderando o papel preponderante desempenhado pela agricultura familiar durante a pandemia. Além disso, sabe-se que o setor do agronegócio não gera empregos de forma relevante, pelo contrário, intensifica a destruição ambiental e o desmoronamento do tecido social comunitário. Registram-se decretos ministeriais com a intenção de permitir a importação de frutas e vegetais, sementes e material genéticos (provavelmente OGM) ou a produção de óleo de palma como produção sustentável.

Em resumo, se tornam ainda mais evidentes as disputas pelos bens comuns (terra e água) para a geração de energia (eólica, solar, biocombustível e a mineração), fragilizando os modos de vida tradicionais como espaços de produção de alimentos saudáveis e de vida.

⁴ Em alguns países, até 70% e mais.

⁵ Por exemplo, Eduardo Zegarra (pesquisador da DESCO e consultor da CONVEAGRO) no Peru

4. Estratégias a médio prazo

A MISEREOR e suas organizações parceiras consideram necessário aproveitar a atual situação pandêmica para lançar um debate sobre paradigmas de desenvolvimento local e regional com perspectiva territorial, baseada numa relação harmoniosa da população entre si e da população com a natureza (convivência com os biomas e climas), e estabelecer sistemas de produção diversificados que minimizem os efeitos da mudança climática, levando em conta o reúso da água, a manutenção e recuperação da vegetação nativa nos diversos ecossistemas, e perspectivas de vida digna para os pequenos produtores e povos indígenas. Além disso, lutar pela importância do valor agregado da Agricultura Familiar, através de processos de transformação e comercialização de produtos que fomentem circuitos curtos de abastecimento de alimentos saudáveis. As redes e plataformas da Agricultura Sustentável criadas igualmente a partir da cooperação com a MISEREOR e que contam com muitos anos de experiência e prática nos diversos países da América Latina terão um papel protagonista na luta por uma agricultura familiar com enfoque agroecológico no cenário pós-pandêmico.

I. Propagação do vírus e proteção da saúde

O vírus COVID-19 estará conosco não apenas este ano, mas sim ainda durante vários anos, exigindo uma **estratégia de cuidado integral** como fundamento do trabalho de promoção e de organização comunitária.

As iniciativas sugeridas abaixo se referem a curto e médio prazo:

- Incidir nos governos locais e/ou regionais para que disponibilizem recursos suficientes para a pesquisa, o tratamento e a prevenção, inclusive no período pós-emergência. Montar pontos de atendimento médico ou emergência com um

nível mínimo de infra-estrutura, equipamento e medicamentos básicos. Atenção especial deve ser dada aos povos indígenas.

- Advogar a implementação de práticas de autocuidado nas comunidades rurais caso se registrem novos surtos de COVID-19 (através das redes sociais e rádios de cobertura local e nacional assim como de campanhas que permitem continuar o trabalho na agricultura familiar).
- Contribuir para a definição de protocolos locais de biossegurança (por exemplo, a comunicação e aprovação de protocolos comunitários) para a comercialização de alimentos, priorizando o abastecimento local e adotando uma reflexão crítica diante das medidas drásticas de desinfeção aplicadas por alguns órgãos públicos.
- Definir protocolos específicos para os que retornaram para as áreas rurais e lutar por investimentos em sistemas de transporte que não coloquem os passageiros em risco.
- Facilitar o acesso a equipamentos de proteção pessoal (desinfetantes, máscaras e luvas) para pequenos produtores através de programas de apoio municipal, regional e humanitário.
- Coordenar com instituições de saúde pública a capacitação em aspectos de higiene e a realização de ações coletivas de prevenção de doenças contagiosas (COVID-19 e outras como a dengue), bem como a disseminação de boas práticas de saúde, com formação de jovens como promotores de saúde para que possam atender emergências ou suspeitas de infecções em nível comunitário e revalorização os conhecimentos tradicionais e incentivo à produção de plantas medicinais.
- Abordar o conceito de habitação saudável sob a perspectiva de responder à COVID-19 ou a outros eventos climáticos extremos.

II. Iniciativas concertadas para promover uma agricultura sustentável com enfoque na gestão territorial em favor dos pequenos produtores e grupos indígenas

Para todas as ecorregiões da América Latina, propõe-se os seguintes eixos estratégicos prioritários, que se subdividem nos níveis local e/ou regional, nacional e latinoamericano:

1. A nível local-regional de cada país:

- Promover uma abordagem agroecológica voltada para a diversificação da produção e a recuperação de nascentes e rios - ou seja, uma abordagem que integre uma visão territorial (tanto ecológica quanto econômica) e a sementeira da água. Dar ênfase especial à recuperação da fertilidade do solo. De um modo geral, tem-se comprovado cada vez mais que a **abordagem de sistemas agroflorestais dinâmicos** não é apenas uma resposta adequada à degradação de solos em áreas tropicais e semi-tropicais, mas também para as ecorregiões de vales e terras altas. **Em regiões mais adequadas para a pecuária extensiva**, sugere-se um **manejo silvipastoril** com introdução de espécies forrageiras compatíveis com a floresta e variedades agrícolas apropriadas. A integração de pequenos animais como componente do sistema de produção pode contribuir para melhorar a nutrição e a economia das famílias a curto prazo, além de que se pode aproveitar os resíduos agrícolas e o estrume para fertilizar as hortas.
- **Estimular o resgate e a custódia da biodiversidade e a disseminação de redes de casas de sementes** de ecótipos locais para que as famílias camponesas e indígenas possam tornar-se independentes de sementes transgênicas (GMO). A curto prazo, garantir o abastecimento de sementes (livres de transgênicos) para garantir a próxima sementeira.
- **O acesso à água para consumo humano e para a produção** é um grande desafio não apenas nas regiões semiáridas como o Gran Chaco no Sul do continente e o Nordeste do Brasil. Para este fim, sugere-se introduzir **sistemas de captação de água** comprovadas nas diferentes regiões, de diferentes formas e com uso de materiais disponíveis para a população local, juntamente com sistemas de economia de água, como a irrigação por gotejamento.

- **Potencializar a participação de jovens** com estratégias que lhes permitem construir e realizar planos de vida em áreas rurais, considerando o conceito de riqueza e abundância rural. Dar incentivo a grupos de jovens que partilham iniciativas e interesses comuns (por exemplo, apicultura, processamento de frutas, produção de adobe e tijolos para a construção de casas, fertilizantes orgânicos, etc.).
 - **Inovação rural voltada para dinamizar a economia rural** – transformação e iniciativas de agroindústria rural focada em produtos perecíveis. Promoção de formas de intercâmbio sobre pesquisa agrícola local.
 - **Criar processos de formação e comunicação virtual** – plataformas digitais (aplicações específicas) (TICs).
 - **Fomentar a agricultura urbana e peri-urbana.**
 - Reforçar, de uma forma geral, as práticas tradicionais de ajuda mútua que surgiram e que foram tão efetivas inicialmente na introdução das primeiras práticas agroecológicas.
 - Prosseguir a **abordagem PROSUMER**, o consumo responsável de alimentos saudáveis produzidos por agricultores e agricultoras familiares de base agroecológica, através de uma rede de solidariedade entre consumidores da cidade, e produtores, que assim faz parte de uma economia solidária e comércio justo campo-cidade, em busca de aumentar a sustentabilidade social, justiça relacional e equilíbrio ambiental.
- ### 2. A nível nacional de cada país:
- Mostrar, através de campanhas de sensibilização entre consumidores e instituições públicas, a importância da agricultura familiar rural, urbana e periurbana, dada a sua contribuição para a segurança e soberania alimentar e a conservação da agrobiodiversidade e dos suportes ou bens comuns da vida “água, solo, sementes e floresta”.
 - Pautar a mudança climática e estratégias de resiliência nos debates públicos, entre as organizações de base e as instituições de promoção como uma exigência nacional.
 - Incidência política para que se implementem em todos os países leis e programas específicos que promovam a Agricultura Familiar; regulamentações nacionais que favoreçam e reconheçam a diversidade na produção e não interfiram

em acordos de protocolos locais em virtude de uma agricultura agroecológica sustentável adaptada ao contexto ecológico-social específico.

- Incidência política para que os governos disponibilizem fundos de investimento (por exemplo, para a gestão do escasso recurso água, pastagens e florestas, máquinas adaptadas para a produção e o processamento, energias alternativas) para promover a produção agroecológica e o abastecimento local – descentralizado – de alimentos saudáveis.
- Promover a articulação e o intercâmbio regional de organizações (plataformas) que difundem a abordagem agroecológica, cuidando dos suportes de vida – a água, o solo, as sementes e a floresta, buscando sua participação protagonista na implementação das leis da Agricultura Familiar. Ao mesmo tempo, buscar mecanismos de articulação – também através de meios virtuais – entre as diferentes iniciativas da sociedade civil a nível de cada país.
- Dar visibilidade ao papel da mulher nas áreas urbanas e rurais, sobretudo à sua contribuição para a segurança alimentar.

3. A nível regional ou global da América Latina:

- Promover o diálogo e o intercâmbio virtual de experiências bem-sucedidas em relação ao manejo agroecológico, a abordagem territorial das bacias, a defesa das florestas, o acesso à água e as estratégias de posicionamento da agricultura familiar a nível da América Latina.
- Considerar a juventude rural, em todas as iniciativas, como protagonistas do desenvolvimento rural sustentável.
- Que sejam assinados os acordos internacionais (no âmbito dos compromissos da Agenda ODS 2030 e dos planos nacionais para a Agricultura Familiar no âmbito da Década promovida pelas Organizações das Nações Unidas) e que seja exigida a revogação das leis internacionais aprovadas referentes a sementes transgênicas e a biodiversidade. Os espaços internacionais para a incidência política seriam a FAO, o Comitê de Segurança Alimentar da ONU e a REAF (Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar) a nível do MERCOSUL.
- Desenvolver e implementar uma campanha a nível regional (por exemplo, envolvendo a Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai) contra os

efeitos negativos e insustentáveis do modelo agroindustrial nas terras baixas, ampliando a campanha ao público europeu em relação aos seus padrões de consumo de carne e biocombustíveis.

III. Formas de comercialização

As feiras agroecológicas a nível municipal provaram ser os espaços mais apropriados para **garantir o abastecimento local** com produtos frescos, sejam vegetais, legumes, tubérculos assim como produtos de origem animal (ovos, leite e carne), que são extremamente importantes para manter o sistema imunológico saudável. Como os governos ainda não permitem a reabertura das feiras com a regularidade de funcionamento anterior, sugere-se considerar também as seguintes formas de comercialização direta:

- A promoção de feiras com funcionamento itinerante ou mercados móveis ou vendas a partir da mobilidade são, no período agudo da pandemia, as formas mais adequadas para não cortar as vendas de pequenos produtores e assim contribuir para as vendas diretas do produtor ao consumidor.
- Para evitar que os intermediários sejam os que ganham com a pandemia, deve-se incidir nos órgãos públicos para que garantam o transporte gratuito ou de baixo custo para os centros urbanos. Além disso, os governos municipais e regionais devem ser encorajados a elaborar regulamentações para facilitar as condições de venda direta para a agricultura familiar, levando em conta os protocolos de biossegurança.
- **A venda através da internet** (por exemplo, via WhatsApp e Instagram) apresenta-se como nova alternativa às restrições públicas, e pode facilitar o contato direto entre produtores e consumidores e a entrega de produtos em conformidade com as regras oficiais.
- **A cesta** como um instrumento de venda direta dos produtores rurais ao consumidor (entrega ao domicílio) é outra estratégia interessante e pode ser facilmente combinada com a feira itinerante ou o mercado móvel e a comunicação virtual. E, a consideração do **sistema de entrega** (ou seja, a venda de alimentos processados) nas mãos de jovens produtores.
- Não se deveria deixar de lado **os pequenos negócios de venda a nível do bairro** como possí-

veis aliados e canais de venda alternativos para facilitar a venda de produtos da agricultura familiar, para além dos mencionados acima.

Durante o período agudo da pandemia, estes canais de comercialização foram considerados como alternativas para manter a venda dos pequenos produtores; a médio prazo, eles poderão constituir canais complementares às feiras agroecológicas. A articulação de todas estas formas alternativas de comercialização direta poderá contribuir, a nível dos territórios regionais, para criar **circuitos solidários de ofertas de alimentos saudáveis da agricultura familiar**.

O fomento do uso do Sistema de Garantia Participativa (SPG) ou de outras alternativas de certificação menos trabalhosas permitiria garantir aos consumidores a qualidade dos produtos oferecidos nos diversos espaços (virtuais ou presenciais) de comercialização direta.

Para tal é necessário capacitar as famílias de pequenos produtores para práticas e formas de comercialização sob o ponto de vista integral de cuidado e consideração dos critérios de biossegurança. E, inserir proativamente a **juventude rural** em todas as iniciativas de transformação e comercialização, pois são os jovens que têm mais facilidade de lidar com os meios de comunicação virtual. Também é importante estabelecer uma maior interrelação e **conectividade dos produtores rurais com a cidade**, fazendo lobby para que as propostas de abastecimento local levem em conta o **ordenamento territorial, inclusive cordões de hortas agroecológicas** em torno das cidades, protegendo-as assim de negócios imobiliários. E, exigir que os governos **forneçam telefonia móvel e internet** em todas as áreas rurais onde existam agricultores familiares.

Articulação com novos atores

Para aproximar a população urbana da rural e vice versa, é importante reconhecer o consumidor como um ator político. Com isso, pode haver as seguintes estratégias:

- **Buscar a sensibilização do consumo responsável** de produtos agroecológicos através da difusão virtual e campanhas específicas.
- **Estimular a associação de consumidores**, segundo a **abordagem da PROSUMIDOR** (ver Iniciativas II).
- E, fomentar a **criação de moedas sociais alternativas**.

Através da criação de espaços de diálogo com setores de saúde, como hospitais infantis e de tratamento do câncer, seria possível associar, de forma direta, alimentação saudável à saúde.

Como em muitos países os **programas de aquisição pública** de alimentos foram suspensos, é mais que urgente que estes sejam retomados e abertos para a Agricultura Familiar. Neste contexto sugere-se o seguinte:

- Lutar para garantir preços justos!
- Fazer incidência política para que não sejam só os órgãos públicos a nível nacional, mas também o poder público nos níveis provincial, departamental ou municipal, que fazem acordos com as organizações locais para o abastecimento de escolas, hospitais, centros de saúde e cozinhas de sopa. Deste modo, também as organizações de produtores mais pequenos teriam acesso.
- Além disso, são necessários esforços para tornar as condições de compra mais ágeis e menos burocráticas.
- E, para o sucesso da aquisição pública, é fundamental que haja uma estreita cooperação e articulação entre os diferentes ministérios (Agricultura, Educação, Saúde e Assistência Social).

A implementação de cestas básicas por parte das autoridades públicas, especialmente nesta época da pandemia, com produtos da Agricultura Familiar, não só beneficiaria a população mais afetada pela pandemia, mas também geraria vendas e renda para os pequenos produtores.

Assim sendo, é extremamente importante **cooperar em rede** e ao mesmo tempo se articular com atores, organizações e movimentos que não estavam em nosso foco.

IV. Incidência política

Do ponto de vista técnico, a Agricultura Familiar tem desvantagens na cadeia de valor. Há muitas legislações diferentes (por exemplo, sobre cadeias de frio e sobre a qualidade e uniformidade de certos produtos) que obstruem e, em muitos casos, impedem o abastecimento local de alimentos saudáveis por parte dos pequenos produtores; além disso, existem problemas legais, por exemplo, com relação à faturação e ao pagamento de impostos. As organizações de produtores e empresas familiares muitas vezes não estão em condições de cumprir as exi-

gências do governo. Por todas estas razões, é necessário **estabelecer regulamentos que permitam à Agricultura Familiar participar equitativamente no mercado oficial.**

Incentivar os órgãos públicos a fomentar a agroecologia como estratégia principal para mitigar os efeitos da mudança climática, construindo a **narrativa do conceito mundial de cidades mais sustentáveis** e articulando-a com o **conceito de cidades de comércio justo** (já implementado em algumas cidades da América Latina).

Impulsionar pesquisas para posicionar a Agricultura Familiar agroecológica devido à sua relevância e contribuição para a segurança e soberania alimentar e sua contribuição para amenizar os efeitos da mudança climática.

Promover o diálogo e o debate entre os setores agroindustriais e organizações que se dedicam à Agricultura Familiar e, em geral, influenciar a participação ativa de produtores nos debates (também virtuais) e nas decisões sobre Agricultura Familiar.

Estamos cientes de que a articulação além das fronteiras nacionais não é fácil. Não há dúvida de que a COVID-19 teve um impacto na saúde, porém, também oferece uma oportunidade para mostrar à sociedade que a Agricultura Familiar é um pilar fundamental para garantir a alimentação. Em alguns países da América Latina já existem **iniciativas de comunicação com alto potencial**. Sugere-se uma maior articulação entre elas, buscando, na medida do possível, uma estratégia conjunta a nível continental. Esta estratégia do tipo campanha deveria considerar o papel destrutivo da agroindústria e o papel fornecedor da Agricultura Familiar agroecológica com seu abastecimento de alimentos saudáveis e a proteção das bases naturais da vida (água, solo, sementes e floresta).